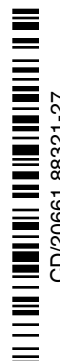




COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 927, DE 2020

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 927, DE 22 DE MARÇO DE 2020

Dispõe sobre as medidas trabalhistas para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (**covid-19**), e dá outras providências.



CD/20661.88321-27

EMENDA ADITIVA N.º _____/2020

(Do Sr. Hugo Leal)

Acrescente-se os §§ 1º e 2º ao Art. 2º da Medida Provisória nº 927/2020, conforme a seguinte redação:

“Art. 2º

§1º Aplica-se o disposto no caput deste artigo às hipóteses previstas no art. 611-A da Consolidação da Leis do Trabalho.

§2º Aplica-se o disposto no caput deste artigo aos empregados que percebam salário mensal igual ou superior ao limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social, alterando-se, assim, o Art. 444 da Consolidação da Leis do Trabalho.

..... (NR)



JUSTIFICAÇÃO

O Art.2º da Medida Provisória nº 927/2020, alinhado ao art.444 da CLT (Redação dada pela Lei 13.467/2007), admite o *acordo individual por escrito*, mecanismo que estimula o entendimento entre empregador e empregado, prevalecendo sobre o pacto coletivo.

Ocorre que, nos termos do art. 444 da CLT o *acordo individual* somente é autorizado aos trabalhadores que, cumulativamente, possuam nível superior e recebam remuneração igual ou superior a duas vezes o limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social, aproximadamente R\$11.600,00 (onze mil e seiscentos reais).

Em razão do Estado de Calamidade Pública e para buscar evitar demissões nesse período, exclusivamente, permite-se o acordo como alternativa para a garantia do emprego. Assim, a medida tem o propósito de ampliar o espectro de trabalhados a quem é conferida a oportunidade para realizar *acordo individual*, alcançando aqueles que não necessariamente possuem nível superior, mas que recebem salário igual ou superior a uma vez o limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social, aproximadamente R\$ 5.800,00 (cinco mil oitocentos reais).

Sala da Comissão, em 30 de março de 2020.

Deputado **HUGO LEAL**

PSD/RJ

